

07/11/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S)	: ALEXANDRE SCHUCK E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário. Constitucional e Processual. Ação promovida em litisconsórcio facultativo. Honorários advocatícios. Execução proporcional à fração de cada litisconsorte. Artigo 100, § 8º, da CF. Violação. Ocorrência. Precedentes.

1. Nas causas em que a Fazenda Pública for condenada ao pagamento da verba honorária de forma global, é vedado o fracionamento de crédito único, consistente no valor total dos honorários advocatícios devidos, proporcionalmente à fração de cada litisconsorte, sob pena de afronta ao art. 100, § 8º, da Constituição Federal.

2. Agravo regimental ao qual se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em dar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 7 de novembro de 2017.

RE 1038035 AGR / RS

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator para o acórdão

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGDO.(A/S) : ALEXANDRE SCHUCK E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC)

Decisão: A Turma, por indicação do Ministro Relator, adiou o julgamento para a sessão de 10 de outubro. Não participou, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Edson Fachin. **2ª Turma**, 26.9.2017.

Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Compareceu o Senhor Ministro Alexandre de Moraes a fim de julgar processos vinculados à Segunda Turma.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária

07/11/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S)	: ALEXANDRE SCHUCK E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto em face de decisão monocrática em que se deu provimento a recurso extraordinário com a finalidade de determinar o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais sobre o crédito proporcional à fração de cada um dos litisconsortes facultativos na forma de requisição de pequeno valor, se couber, ou de precatório.

Nas razões recursais, sustenta-se que há vários precedentes do STF *“no sentido de não permitir o fracionamento dos honorários advocatícios para a execução individual de acordo com a fração de cada litisconsorte.”*

Ademais, alega-se o seguinte:

“Ocorre, entretanto, que no presente caso a verba honorária devida aos advogados é crédito único decorrente de AÇÃO PLÚRIMA – MOVIDA POR LITISCONSORTES ATIVOS FACULTATIVOS. Daí porque é vedado fracioná-la nas execuções de forma proporcional a cada litisconsorte, a fim de obter o pagamento por RPV. Os honorários devem ser executados em sua totalidade.

No ponto, cumpre ressaltar que ficou bem definido pelo acórdão regional que no caso concreto a verba honorária devida aos advogados é crédito único decorrente de AÇÃO COLETIVA em nome dos seus respectivos litisconsortes/substituídos.

RE 1038035 AGR / RS

Assim, a forma como a parte pleiteia a verba atinente aos honorários caracteriza, sim, indevido fracionamento de um mesmo crédito, afrontando o disposto no art. 100, § 8.º, da Constituição.”

Instada a manifestar-se, a parte Embargada pugna pelo desprovemento do agravo regimental.

É o relatório.

07/11/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Não assiste razão à parte ora Agravante.

A parte insurgente não trouxe argumentos com aptidão para infirmar a decisão ora agravada.

Conforme posto na decisão recorrida, há entendimento no STF de que é possível a execução individualizada, proporcional às respectivas frações de cada um dos substituídos, de honorários sucumbenciais decorrentes de sentença proferida em processo coletivo.

Isso porque, nas palavras do Ministro Luiz Fux, no bojo do ARe-AgR 867.073, de relatoria de Sua Excelência, Primeira Turma, DJe 08.04.2016, tem-se que *“admitindo-se o ajuizamento individualizado da execução pelos substituídos processuais da ação coletiva, deve-se permitir também que os respectivos honorários advocatícios sejam executados de forma singularizada, guardando-se a proporção com o crédito de cada exequente.”*

Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO PROPORCIONAL DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS ORIUNDOS DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COLETIVO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO JUÍZO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO NESTA SEDE RECURSAL. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.”
(ARE 1001792 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 19.12.2016)

RE 1038035 AgR / RS

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO PROPORCIONAL DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS ORIUNDOS DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COM LITISCONSORTES FACULTATIVOS. POSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da possibilidade de execução de honorários sucumbenciais proporcionais à respectiva fração de cada um dos substituídos processuais em ação com litisconsortes facultativos contra a Fazenda Pública. Precedentes. 2. A presença de apenas um causídico nas respectivas execuções individuais de sentença proferida em ações plúrimas é irrelevante, diante da possibilidade de individualização dos honorários advocatícios proporcionalmente à fração de cada litisconsorte facultativo. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(RE 931683 AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 08.04.2016)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

07/11/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035 RIO GRANDE DO SUL

VOTO DIVERGENTE

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Cuida-se de agravo regimental ao qual o eminente Ministro Relator está negando provimento e, assim, mantendo a decisão monocrática na qual, ao concluir pela possibilidade de “individualização dos honorários advocatícios, proporcionalmente à fração de cada um dos litisconsortes”, deu provimento ao recurso extraordinário interposto pelos ora agravados para

“determinar o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais sobre o crédito proporcional à fração de cada um dos litisconsortes facultativos na forma de requisição de pequeno valor, se couber, ou de precatório”.

Assentou Sua Excelência que tal providência seria salutar à prestação jurisdicional, pois

“seria contraproducente tornar a execução de [demandas coletivas] vinculadas ao todo de modo a impossibilitar a execução facultativa e individualizada das partes substituídas no processo original”.

Aduziu, também, que, embora a discussão do presente caso fosse diferente daquelas travadas no RE nº 568.645/SP-RG e no RE nº 564.132/RS-RG, ambos julgados sob a sistemática da repercussão geral, haveria

“forte correlação entre as controvérsias, de modo que [seria] viável depreender das razões de decidir de ambos os precedentes a possibilidade de individualização dos honorários advocatícios, proporcionalmente à fração de cada um dos litisconsortes facultativos”.

RE 1038035 AGR / RS

O Estado do Rio Grande do Sul, no agravo regimental, pleiteia a reforma do referido julgado sob a alegação de que tal entendimento violaria o art. 100, § 8º, da Constituição Federal, uma vez que,

“no presente caso a verba honorária devida aos advogados é crédito único decorrente de AÇÃO PLÚRIMA–MOVIDA POR LITISCONSORTES ATIVOS FACULTATIVOS. Daí porque é vedado fracioná-la nas execuções de forma proporcional a cada litisconsorte, a fim de obter o pagamento por RPV. Os honorários devem ser executados em sua totalidade”.

Anoto, inicialmente, que a referida matéria vem sendo decidida de modo divergente pelas Turmas, razão pela qual já houve interposição de embargos de divergência no tocante a esse tema, sendo eu mesmo o Relator de quatro processos já pautados no Plenário.

Não obstante, passo à análise do caso e, com todo o respeito ao voto do eminente Relator, peço vênias para divergir, pois entendo que os paradigmas citados não autorizam a conclusão a que chegou o Relator.

A possibilidade de execução autônoma dos honorários advocatícios é ponto pacífico. No julgamento do RE nº 564.132-5/RS-RG, Relatora para o acórdão a Ministra **Cármem Lúcia**, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que a verba honorária consubstancia direito autônomo, passível de execução em separado. Essa questão se encontra, pois, superada.

Além disso, o tema do fracionamento da execução de valores devidos pela Fazenda Pública em casos de litisconsórcio ativo facultativo já foi examinado no RE nº 568.645/SP, de relatoria da Ministra **Cármem Lúcia**, ocasião em que o Plenário entendeu ser legítima a execução ou o pagamento singularizado dos valores devidos a partes integrantes de litisconsórcio facultativo simples.

Contudo, o que se observa é que a controvérsia tratada nos presentes autos não se identifica com aquelas versadas nos referidos paradigmas,

RE 1038035 AGR / RS

nos quais se concluiu não haver ofensa ao art. 100, § 8º, da Constituição Federal.

No caso dos autos, pretende a parte agravada o fracionamento de crédito único, consistente no valor total dos honorários advocatícios devidos, proporcionalmente à fração de cada litisconsorte.

Embora a verba honorária goze de autonomia em relação ao crédito principal, podendo ser destacada do montante da execução, é certo que o fracionamento dessa parcela, da forma como requerida pela parte agravada, caracteriza, indubitavelmente, hipótese vedada pelo art. 100, § 8º, da Constituição Federal.

Essa, também, foi a conclusão a que chegou a Segunda Turma desta Corte no julgamento do RE nº 949.383/RS, da relatoria da Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 4/8/16, que cuidava da mesma matéria ora em análise.

Porque elucidativo, transcrevo o seguinte trecho do voto proferido pelo Ministro **Teori Zavascki** no referido julgamento:

“(…) [O] argumento de que o litisconsórcio facultativo simples representa, na verdade, várias causas cumuladas não pode ser utilizado para justificar a legitimidade do fracionamento da execução dos honorários advocatícios sucumbenciais se a condenação à verba honorária, no título executivo, foi global, ou seja, buscou remunerar o trabalho conjunto prestado pelo causídico aos litisconsortes. Foi o que ocorreu no caso dos autos. A sentença que julgou procedente o pedido da ação de conhecimento condenou o Estado do Rio Grande do Sul ‘no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação’ (fl. 19v do apenso). Ao julgar a causa em grau de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proveu parcialmente o recurso do ente público para arbitrar os honorários advocatícios ‘em 5% sobre o valor da condenação.’ (fl. 25v do apenso).

Ora, é evidente que os honorários sucumbenciais, na forma em que fixados pelo título executivo judicial, configuram

RE 1038035 AGR / RS

um único crédito de titularidade da agravante, calculado sobre o valor global da condenação. Não cabe confundir o valor do crédito da verba honorária com a forma adotada para sua aferição. O fato de o ‘valor da condenação’, referido pelo título executivo judicial, abranger, na realidade, diversos créditos, de titularidade de diferentes litisconsortes, não tem o condão de transformar a verba honorária em múltiplos créditos devidos a um mesmo advogado, de modo a justificar sua execução de forma fracionada (...)”.

Esse julgado ficou assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FRACIONADA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM AÇÃO COLETIVA: IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO”.

Adotando essa orientação, colaciono, o seguinte precedente:

“PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO PROPOSTA EM LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO. CONDENAÇÃO GLOBAL AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO EM MÚLTIPLAS DEMANDAS, DE FORMA FRACIONADA, CONSIDERADO O NÚMERO TOTAL DE LITISCONSORTES. INVIABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 100, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTE DESTA SEGUNDA TURMA EM CASO IDÊNTICO. 1. Mesmo em causas promovidas em regime de litisconsórcio facultativo simples, é vedado o fracionamento da execução dos honorários advocatícios sucumbenciais se a condenação à verba honorária se deu em valor global, para remunerar o trabalho prestado ao

RE 1038035 AgR / RS

conjunto dos litisconsortes. Em casos tais, o crédito de honorários é um só e está revestido de autonomia em relação ao crédito principal, com ele não se confundindo (princípio da autonomia dos honorários de sucumbência). 2. Precedente em caso idêntico: RE 949.383-AgR (Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 17/5/2016). 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 954.418/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Teori Zavascki**, DJe de 31/8/16).

Sobre o tema, cito, ainda, as seguintes decisões monocráticas: RE nº 994.802/RS, de **minha relatoria**, DJe de 5/12/16; RE nº 913.579/RS, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 16/3/16; e RE nº 913.592/RS, Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 15/12/15.

Desse modo é patente a impossibilidade do fracionamento da execução dos honorários advocatícios sucumbenciais se a condenação à verba honorária se der em valor global para a remuneração do trabalho prestado ao conjunto dos litisconsortes, ante a evidente afronta ao art. 100, § 8º, da Constituição Federal.

Ante o exposto, peço vênias ao eminente Relator para dar provimento ao agravo regimental do Estado do Rio Grande do Sul e, em consequência, negar provimento ao recurso extraordinário interposto pelos ora agravados.

07/11/2017**SEGUNDA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035 RIO GRANDE DO SUL****CONFIRMAÇÃO DE VOTO**

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE) -Peço vênica a Vossa Excelência para manter a proposição original que trouxe, visto que, nesta hipótese, em existindo, no processo coletivo, esse litisconsórcio facultativo, cada um dos litisconsortes pode promover a sua execução individualizada. E penso que derivaria daí uma simetria em relação à possibilidade da requisição de pequeno valor, e não uma eventual subversão ao procedimento respectivo da ordem dos precatórios. Porém, é a compreensão que temos diferenciada em relação a esse objeto da matéria.

Eu citei alguns precedentes, nessa linha que tenho. Ademais, o julgamento dos embargos infringentes certamente será uma oportunidade para que esse tema seja pacificado, mas, neste momento, peço vênica a Vossa Excelência, também, para manter o meu entendimento originário.

07/11/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu também, Presidente, vou pedir vênias a Vossa Excelência para acompanhar o voto do Ministro Dias Toffoli e, neste caso, dar provimento.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.038.035

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGDO.(A/S) : ALEXANDRE SCHUCK E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC)

Decisão: A Turma, por indicação do Ministro Relator, adiou o julgamento para a sessão de 10 de outubro. Não participou, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Edson Fachin. **2ª Turma**, 26.9.2017.

Decisão: A Turma, por maioria, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Ministro Dias Toffoli, vencido o Ministro Relator. Redator para o acórdão o Ministro Dias Toffoli. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Edson Fachin. **2ª Turma**, 7.11.2017.

Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Ravena Siqueira
Secretária